



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET**

Código de Autenticação 054B.3063.3967.4818

Certidão gerada em 28/7/2015 15:27:09

PROTOCOLO SIARCO 15/872168-3

# CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

**EMPRESA** PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
**NIRE** 26.2.0106931-0  
**ATO** 002 - ALTERAÇÃO  
**EVENTO(S)** 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF


**ASSINADO POR**

**ARQUIVADO EM** 28/7/2015 15:27:09

**AUTENTICIDADE** 054B.3063.3967.4818

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=054B306339674818>

Recife, 28 de julho de 2015

  
André Ayres Bezerra da Costa  
Secretário Geral



Documento disponibilizado a 501.925.154-20 - ROSINEIDE DUARTE DA SILVA  
Data - 29/07/2015 02:02:22  
Código de Autenticação 054B.3063.3967.4818  
Junta Comercial de Pernambuco  
Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=054B306339674818>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

CHANCELA DIGITAL

NIRE 26.2.0106931-0  
Nº PROTOCOLO 15/872168-3 PROTOCOLADO 28/7/2015 08:25:20  
Nº ARQUIVAMENTO 20158721683 ARQUIVADO 28/7/2015 15:27:09  
EMPRESA PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA



# **INSTRUMENTO PARTICULAR DE DECIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA**

**PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

**OUTORGANTES E RECIPROCAMENTE OUTORGADOS**

**01 - BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1.862.424 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 376.381.144-34, residente e domiciliado na **Rua Jorge de Albuquerque, n.º 31 - apt. 1201 - Edif. Duílio Cabral da Costa, no bairro de Casa Forte, nesta cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, CEP: 52.061-100 e;**

**02 - MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 2.945.891 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 492.032.744-72, residente e domiciliado na **Avenida Cais de Santa Rita, n.º 595, apt. 3601 - edif. Maurício de Nassau - no bairro de São José, nesta cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, CEP: 50.020-360.**

Únicos sócios quotistas da Sociedade Limitada, denominada "**PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**", Rua General Abreu e Lima, 222 - no bairro do Rosarinho, nesta cidade de Recife, capital de Estado de Pernambuco, CEP: 52.041-040, inscrita no CNPJ sob o nº 02.213.325/0001-88, com seu Contrato de Constituição arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o NIRE 26201069310, em 06 de novembro de 1997, e posteriores alterações, resolvem alterar suas cláusulas contratuais e desta feita dar nova redação para sua consolidação em um único instrumento, o que fazem de comum acordo, mediante as cláusulas e condições a seguir, que reciprocamente outorgam.

## **CLÁUSULA 01 - Da Baixa da Filial de Natal - RN**

01 - Por decisão dos sócios fica extinta a filial localizada na Travessa Rodão Augusto Botelho, nº 12, no bairro de Lagoa Nova, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, CEP: 59.054-290; CNPJ nº 02.213.325/0003-40, NIRE 24.9.0014899-3.

## **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES**, residente e domiciliado na **Rua Jorge de Albuquerque, n.º 31 - apt. 1201 - Edifício Duílio Cabral da Costa, no bairro de Casa Forte, nesta cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, CEP: 52.061-100 e;**

**MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO**, residente e domiciliado na **Avenida Cais de Santa Rita, n.º 595, apt. 3601 do Edifício Maurício de Nassau - no bairro de São José, nesta cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, CEP: 50.020-360,**

Únicos sócios quotistas da Sociedade Empresária Limitada, denominada "**PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**", em decorrência das alterações realizadas por

Ana Virginia de A. Barros  
Chefe da Unidade de Análise  
de Processos  
Matr. 2109-1



31 7 05

343001

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CERTIFICO O REGISTRO EM: 28/07/2015**  
**SOB Nº: 20158721683**  
**Protocolo: 15/872168-3**  
**Empresa: 26 2 0106931 0**  
**PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**

*André Ayres Bezerra da Costa*  
**ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA**  
**SECRETARIO-GERAL**

1710 1817

1824 1889



este e anteriores instrumentos, deliberam consolidar o seu contrato social, o qual passa a ter a seguinte redação:

## CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA "PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA."

### CLÁUSULA 01 - Da Natureza Jurídica e Objeto

**01.01.** - A Sociedade é empresária, revestindo a forma de Sociedade Limitada, regendo-se pelas cláusulas e condições do presente contrato, ainda pelas disposições dos arts. 1.052 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, e, supletivamente, pelas normas que regem as Sociedades Anônimas, Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976.

**01.02.** - A Sociedade tem por objeto, independentemente da ordem de nomeação, a exploração do ramo de: a) comércio de aparelhos e equipamentos eletrônicos, de informática e suprimentos para informática; b) representação de equipamentos eletrônicos, de informática e suprimentos; c) serviços de manutenção, montagem e instalação de equipamentos eletrônicos e de informática; d) comércio e instalação de softwares; e) projetos, execução e instalação de rede física, elétrica, lógica, de telecomunicações e de comunicação de dados; f) locação de equipamentos de informática e g) **ministrar cursos e dar treinamentos na área de informática.**

**01.03.** - O objeto social da Sociedade será exercido gradativamente, em conformidade com as suas disponibilidades econômicas e financeiras, e na medida em que possa a mesma ir atendendo às exigências da legislação aplicável ao exercício de cada uma das atividades que o compõem.

### CLÁUSULA 02 - Da Denominação Social

**02.01.** - A Sociedade atua e desenvolve suas atividades sob o nome empresarial "PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA."

**02.02.** - A Sociedade usa o nome de fantasia "PLUGNET INFORMÁTICA".

### CLÁUSULA 03 - Da Sede e Foro

**03.01.** - A Sociedade tem sede e foro na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, com endereço social na sede na **Rua General Abreu e Lima, 222 - no bairro do Rosarinho, nesta cidade de Recife, capital de Estado de Pernambuco, CEP: 52.041-040.**

**03.02.** - A Sociedade possui filial nos seguintes endereços:

- a) Na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 104, sala 402, no bairro de Manaíra, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP: 58.039-110; CNPJ nº 02.213.325/0002-69.
- b) Av. Santos Dumont, 5335, sala 817, no bairro do Papicu, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP: 60.175-047; CNPJ: 02.213.325/0004-20

**03.03.** - No interesse da Sociedade e por deliberação da maioria do capital social, poderão ser abertas, em qualquer parte do Território Nacional e do Exterior, obedecidas às prescrições

Ana Virginia de A. Barros  
Chefe da Unidade de Análise  
de Processos  
Matr. 2109-1





legais, sucursais, filiais, agências, escritórios, depósitos e dependências outras da Sociedade, inclusive, se necessário for, com destaque de capital autônomo.

#### CLÁUSULA 04 - Do Prazo de Duração da Sociedade

04.01. - A Sociedade iniciou suas atividades em 01/11/1997 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

#### CLÁUSULA 05 - Do Capital Social

05.01. - O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), representado por 2.000.000 (dois milhões) quotas, do valor nominal e unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente e legal do País e assim distribuídas pelos sócios:

05.01.1 - O sócio **BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES** detém 1.000.000 (um milhão) de quotas, totalizando a sua participação em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), corresponde a 50% (cinquenta por cento) do capital social; e

05.01.2 - O sócio **MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO** detém 1.000.000 (um milhão) de quotas, totalizando a sua participação em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), corresponde a 50% (cinquenta por cento) do capital social.

05.02. - Na proporção das quotas que possuírem, terão os sócios direito à preferência para a subscrição de novas quotas, provenientes de aumento de capital, e para tanto deverão exercer o direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias que se seguem à fixação do aumento do capital social.

05.03. - Nos termos do disposto no art. 1.052, do Código Civil Brasileiro, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo todos solidariamente pela integralização do capital social.

#### CLÁUSULA 06 - Da Administração Social

06.01. - A administração da Sociedade cabe aos sócios quotistas **BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES** e **MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO**, em conjunto ou separadamente, autorizado o uso do nome empresarial em todos e quaisquer atos da administração da mesma, notadamente os seguintes: (a) a abertura, a movimentação e o encerramento de contas bancárias de qualquer natureza; (b) a emissão, o aceite e o endosso de títulos de crédito de qualquer natureza; (c) a aquisição e a alienação de bens móveis e imóveis; (d) a representação ativa e passiva da sociedade, a nível judicial e extrajudicial; (e) receber faturas/duplicatas, em órgãos públicos, federal, estadual ou municipal, em autarquias, empresas de economia mista, e empresas privadas, podendo para tanto, assinar, dar quitação e passar recibo; e (f) assinar, contratos, propostas, constituir, procuradores e credenciais, para fins de concorrências públicas.

#### CLÁUSULA 07 - Da Remuneração dos Administradores

07.01. - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Ana Virginia de A. Barros  
Chefe da Unidade de Análise  
de Processos  
Matr. 2109-1



## CLÁUSULA 08 - Da Retirada, Falência, Exclusão, Interdição ou Falecimento de Sócio

08.01. - Assiste a qualquer dos sócios, o direito de se retirar da sociedade a qualquer tempo, desde que obedecidas às disposições desta cláusula contratual.

08.02. - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a Sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou dos demais sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da Sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Único** - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Sociedade se resolva em relação a seu sócio.

08.03. - O Balanço Especial a que se refere o item anterior, deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, após a data da ocorrência do evento.

08.04. - O pagamento do capital e haveres de que trata o item anterior, será feita em 10 (dez) prestações mensais, sucessivas e iguais; a primeira delas no ato da aprovação do Balanço Especial, por parte dos quotistas, e as demais em iguais dias dos meses de calendário subsequentes ao do pagamento da primeira, acrescida de juros remuneratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês. O termo inicial para a fluência dos juros é o mês de calendário a que se referir o Balanço Especial.

08.05. - Em caso de morte ou interdição de qualquer um dos sócios, é facultado ao cônjuge e/ou herdeiros necessários do sócio falecido ou interditado, substituí-lo na Sociedade, na proporção das quotas que couber a cada um, de acordo com partilha realizada em processo de inventário, sendo certo que, enquanto não concluído o processo de inventário, o direito de voto correspondente às quotas do falecido, será exercido pelo inventariante nomeado no processo de inventário. Preferindo o cônjuge ou qualquer dos herdeiros necessários do sócio falecido ou interditado, o recebimento do valor das quotas com respectivos haveres e interesses sociais, conforme a parte que lhe couber no inventário, e serão pagos de conformidade com o acima exposto.

## CLÁUSULA 09 - Da Cessão de Quotas

09.01. - A cessão de quotas por ato entre vivos, a título gratuito ou oneroso, poderá ser livremente efetuada entre os sócios quotistas, entretanto, a assim pretendida cessão de quotas, em favor de terceiros estranho à Sociedade, só poderá ser validamente realizada após a renúncia dos demais sócios, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, ao direito de preferência para a aquisição dessas quotas.

**Parágrafo Primeiro:** A concordância dos outros com a cessão de quotas em favor de terceiros, manifestada pela expressa intervenção no instrumento de alteração contratual respectivo, dispensará o cumprimento da formalidade prevista na cláusula anterior.

Ana Virginia de A. Barros  
Chefe da Unidade de Análise  
de Processos  
Matr. 2109-1



**Parágrafo Segundo:** Será de todo inválida em relação à Sociedade e em relação aos demais sócios quotistas, qualquer cessão ou transferência de quotas, também a promessa de realização desses atos, que impliquem em violação às regras desta cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** No caso de cessão total ou parcial de quotas, o cedente responde solidariamente com o cessionário perante a Sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio, até 02 (dois) anos após a averbação da alteração contratual.

#### CLÁUSULA 10 - Da Representação dos Sócios

10.01. - Qualquer dos sócios poderá se fazer representar perante o outro e perante a Sociedade por mandatário constituído por instrumento público. Da procuração, todavia, deverá constar necessariamente a especialização dos atos a serem praticados pelo mandatário e o prazo de validade do mandato, o qual, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou motivo de força maior devidamente comprovados, em nenhuma hipótese poderá ser superior a 02 (dois) anos.

10.02. - Ocorrendo, na outorga do mandato, omissão quanto ao prazo de sua validade ou o estabelecimento de prazo superior a 02 (dois) anos, entender-se-á como válida a representação, apenas e tão somente pelo prazo de 02 (dois) anos, contado da data da outorga, sendo assim de todo ineficaz a outorga do mandato, para todos e fins e efeitos de direito e sob toda e qualquer circunstância, no que ultrapassar ao prazo de 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA 11 - Da Representação da Sociedade

11.01. - A Sociedade poderá constituir procuradores sempre que as circunstâncias e os interesses maiores dos negócios sociais assim o recomendem. Da procuração deverá constar, necessariamente, a especialização dos atos e operações a serem praticados pelo mandatário e o prazo de validade do mandato, que poderá ser indeterminado.

11.02. - A outorga de procuração para o foro em geral, portanto com a cláusula "Ad Judicia", será válida para toda a demanda e para todas as instâncias, e independerá de especialização da demanda e/ou atos a serem praticados, ressalvadas, quanto aos poderes, às especializações exigidas por Lei.

11.03. - Também para a representação da Sociedade em Juízo, na forma do disposto no art. 12, inciso VI, do Código de Processo Civil, inclusive para a prestação de depoimento pessoal sempre que se exigir o representante legal da Sociedade; ainda para as audiências, conciliações e transação de que tratam os arts. 277 e seus §§, 331 e seu § 1º, e 447 a 449, todos do Código de Processo Civil, assim como para confessar, acordar, discordar, transigir, desistir, reconhecer a procedência do pedido e renunciar ao direito sobre que se funda a ação, poderá a Sociedade constituir procuradores.

#### CLÁUSULA 12 - Do Exercício Social, Balanço, Lucros e Prejuízos

12.01. - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Ana Virginia de A. Barros  
Chefe da Unidade de Análise  
de Processos  
Matr. 21.19-1





12.02. - A participação dos lucros e das perdas será de acordo com a margem de contribuição e desempenho de cada sócio quotista junto à Sociedade.

12.03. - Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas, as reservas exigidas por Lei, e outras que os sócios acharem necessário, até o limite de 20% (vinte por cento). O saldo remanescente será distribuído, mensalmente, trimestralmente ou anualmente, entre os sócios, na proporção do item anterior, se, por unanimidade de votos, estes não decidirem por outro procedimento, com relação à sua totalidade ou parte dele.

### CLÁUSULA 13 - Das Deliberações Sociais

13.01. - As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, com observância do disposto nos arts. 1.010 e 1.076, do Código Civil Brasileiro.

13.02. - Os sócios quotistas serão convocados de acordo com a Lei, reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao termino do exercício social e, extraordinariamente, quando previsto em lei, em segunda convocação, uma hora após, com qualquer número.

13.03. - A reunião ordinária tem por objetivo: I) tomar as contas dos administradores, II) designar administradores, se for o caso, III) tratar qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

13.04. - A convocação da reunião ordinária será feita por carta protocolada ou por mensagem eletrônica via internet, dispensada a publicação de anúncios e a declaração de ciência.

13.05. - As demonstrações financeiras exigidas pela Lei estarão à disposição dos sócios não administradores, até trinta dias antes da reunião de sócios.

13.06. - Os trabalhos da reunião serão dirigidos por um presidente e um secretário, escolhidos entre os sócios. Cabe ao secretário registrar em ata, lavrada no livro de atas, os trabalhos e as deliberações adotadas, que será assinada pelos os membros da mesa, e pelos sócios presentes, conforme art. 1.075, § 1º, do Código Civil Brasileiro. A cópia da ata será levada a registro na Junta Comercial no prazo de 20 (vinte) dias. Sempre que a deliberação da reunião importar em alteração do contrato social, também deve ser levado a arquivamento o instrumento de alteração, art. 1.075, §§ 1º e 2º, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2.002.

### CLÁUSULA 14 - Das Restrições ao Uso do Nome Empresarial

14.01. - É defeso o uso do nome empresarial em negócios estranhos ou alheios aos interesses da Sociedade. Igualmente proibidas são as prestações de fianças, avais e/ou garantias outras de qualquer natureza, em nome da Sociedade, e/ou dos sócios, em favor de terceiros, exceto quando comprovadamente, houver interesse da Sociedade na prestação da garantia, hipótese em que será necessária a participação da totalidade dos sócios quotistas na prática do ato.

### CLÁUSULA 15 - Das Estipulações Finais e Foro de Eleição

15.01. - Os sócios se obrigam por si e seus sucessores, a qualquer título e em todo tempo, a fazer o presente contrato sempre bom, firme e valioso, em juízo ou fora dele, e em todo tempo, elegendo o foro da cidade e comarca de Recife, capital do Estado de Pernambuco, como o

Ana Virginia de A. Barros  
Chefe da Unidade de Análise  
de Processos  
Matr. 2409-1






único competente para conhecer, apreciar e decidir, sob quaisquer circunstâncias, todas as questões que digam respeito ao seu cumprimento, validade e execução.

#### CLÁUSULA 16 - Da Dissolução da Sociedade

16.01. - A Sociedade se dissolverá pela vontade dos sócios, ou nos casos previstos em Lei, competindo aos sócios elegerem o liquidante, e ditar-lhes a forma de liquidação. Não havendo consenso, o processo de liquidação será remetido a Juízo.

#### CLÁUSULA 17 - Da Alteração do Contrato Social

17.01. - O contrato social poderá ser modificado no todo ou em parte, obedecendo-se, para tanto, o disposto na CLÁUSULA 13ª.

#### CLÁUSULA 18 - Da Declaração de Desimpedimento

18.01. - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos público; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### CLÁUSULA 19 - Dos Casos Omissos

19.01. - Os casos omissos no presente contrato, serão resolvidos pela ordem, com base nos dispositivos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, e supletivamente nas disposições da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e normas outras pertinentes à matéria societária que lhes possam ser aplicáveis.

#### TERMO DE ENCERRAMENTO - ASSINATURAS

E por estarem assim justos e contratados, assinam todos os Outorgantes e reciprocamente Outorgados o presente instrumento em 01 (via), para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Recife - PE, 24 de Julho de 2015.

CONFERE  
EMERSON  
2º Ofício de Notas

BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES

CONFERE  
EMERSON  
2º Ofício de Notas

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHOS

Ana Virginia de A. Barros  
Chefe da Unidade de Análise  
de Processos  
Matr. 2109-1

Cartório Paulo Guerra  
2º Ofício de Notas da Capital  
Tabelião João Dias de Andrade  
R. do Imperador D. Pedro II, 390 - São Antônio  
Recife - PE - CEP: 50010-240 - Tel: (81) 3797-9350

Reconhecido por semelhança a firma de BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES  
Recife, 27 de julho de 2015 Op.: 33 EMERSON FERNANDO R. DE LIMA  
Evol.: R\$ 2,96 FERC: 0,33 TSNR: 0,66 Escrivente Autorizado  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selecdigital](http://www.tjpe.jus.br/selecdigital)  
Selo Eletrônico: 0074906.AU307201501.12115

Emerson  
Fernando  
Barros de  
Lucena  
Escrivente  
Autorizado

Cartório Paulo Guerra  
2º Ofício de Notas da Capital  
Tabelião João Dias de Andrade  
R. do Imperador D. Pedro II, 390 - São Antônio  
Recife - PE - CEP: 50010-240 - Tel: (81) 3797-9350

Reconhecido por semelhança a firma de MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHOS  
Recife, 27 de julho de 2015 Op.: 33 EMERSON FERNANDO R. DE LIMA  
Evol.: R\$ 2,96 FERC: 0,33 TSNR: 0,66 Escrivente Autorizado  
Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selecdigital](http://www.tjpe.jus.br/selecdigital)  
Selo Eletrônico: 0074906.CLW07201501.12116



31 7 88

343304

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 28/07/2015  
 SOB Nº: 20158721683  
 Protocolo: 15/872168-3  
 Empresa: 26 2 0106931 0  
 PLUGNET COMERCIO E  
 REPRESENTACOES LTDA

ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA  
 SECRETARIO-GERAL

1824 1889

